

# OLHANDO O PASSADO PARA CONHECER O PRESENTE DA MACROTOPONÍMIA MUNICIPAL DE ALAGOAS

Pedro Antonio Gomes de MELO<sup>1</sup>  
Karollyny de Araújo LIMA<sup>2</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i1.3364>

**Resumo:** Este artigo objetiva apresentar uma descrição dos processos de mudanças na macronomenclatura municipal alagoana, desde a sua origem (denominação inicial dos futuros municípios) até a institucionalização do macrotopônimo atual (oficialização do nome do município emancipado). Quanto aos pressupostos teóricos, filia-se, em linhas gerais, ao campo da Onomástica, em especial ao modelo taxionômico toponomástico de Dick (1990) e, no campo da categorização das mudanças toponímicas, adota o modelo de tipificação das mudanças toponímicas proposto por Melo (2018). Metodologicamente, configura-se como uma pesquisa do tipo bibliográfico e documental de abordagem quali-quantitativa. Os resultados revelaram que, dos 102 nomes atribuídos aos municípios alagoanos, 34 nomes não foram afetados pela dinâmica de mudança toponímica durante o processo de institucionalização do macrotopônimo atual e oficial, já 68 nomes de municípios, em Alagoas, foram substituídos ou sofreram algum tipo de alteração em suas formas, sendo registrados 45 casos de mudanças totais, 19 de mudanças parciais e 04 de mudanças aparentes. Nessa dinâmica de mudança, identificou-se 22 mudanças espontâneas e 46 mudanças sistemáticas no *corpus* analisado. Como conclusão, aponta-se que o marco temporal, os elementos de constituição geoespacial das terras alagoanas e os aspectos socioculturais condicionaram as mudanças toponímicas.

**Palavras-chave:** Onomástica. Toponímia. Nome de município.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil; [pedro.melo@uneal.edu.br](mailto:pedro.melo@uneal.edu.br); <http://orcid.org/0000-0003-4873-564X>

<sup>2</sup> Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA), Salvador, Bahia, Brasil; [karol.pj99@gmail.com](mailto:karol.pj99@gmail.com); <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-3069-0754>

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

## *LOOKING BACK TO THE PAST TO KNOW THE PRESENT OF THE MUNICIPAL MACROTOPYNY OF ALAGOAS*

**Abstract:** This article aims to present a description of the processes of changes in the municipal macronomenclature of Alagoas, from its origin (the initial name of future municipalities) to the institutionalization of the current macrotoponym (officialization of the name of the emancipated municipality). As for the theoretical assumptions, it is broadly affiliated with the field of Onomastics, in particular with the toponymic taxonomic model of Dick (1990) and, in the field of categorization of toponymic changes, and adopts the typification model of toponymic changes proposed by Melo (2018). Methodologically, it is configured as a bibliographic and documentary study with a quali-quantitative approach. The results revealed that, of the 102 names assigned to municipalities in Alagoas, 34 names were not affected by the dynamics of toponymic change during the institutionalization process of the current and official macrotoponym, while 68 names of municipalities in Alagoas were replaced or suffered some kind of alteration in its forms, with 45 cases of total changes, 19 of partial changes and 04 of apparent changes. In this dynamic of change, 22 spontaneous changes and 46 systematic changes were identified in the analyzed corpus. In conclusion, it is pointed out that the time frame, the elements of the geospatial constitution of the lands of Alagoas, and the sociocultural aspects conditioned the toponymic changes.

**Keywords:** Onomastic. Toponymy. Name of Municipality.

### **Considerações iniciais**

Os nomes de municípios materializam, em uma relação simbólica, um marco identitário. Com efeito, cada macrotopônimo<sup>3</sup> municipal carrega de geração para geração representações de vivências, de crenças, de hábitos, de acontecimentos e fatos históricos, de memórias, de narrativas mais diversas que vão construindo a identidade do lugar onde os indivíduos vivem.

Por isso, o estudo da permanência, da alteração de nomenclatura ou na maneira como os topônimos são escritos, bem como da mudança toponímica municipal, pode contribuir para compreendermos diferentes aspectos ligados ao ato denominativo toponomástico, quais sejam linguísticos, culturais, étnicos, econômicos, políticos, ideológicos, religiosos, entre outros, de uma dada localidade.

---

<sup>3</sup> Para os fins deste estudo, consideramos o nome próprio atribuído ao município alagoano como um macrotopônimo quando comparado com os topônimos que identificam lugarejos, povoados, vilas, distritos, aldeias etc. que dele, do município, fazem parte.

Desta maneira, ao pensarmos sobre a prática de (re)nomear municípios na organização do espaço geográfico e social, é preciso, antes de tudo, percebermos que esse exercício se constitui no elo entre o ambiente físico-político-social, a língua e o homem. Logo, refletirmos sobre esse vínculo e suas representações, em que as dimensões cronoespaciais estão em relação, é entendermos como o sujeito-nomeador marca na língua seu *habitat*, refletindo e refratando o modo como vê a realidade exterior e a forma como seus sujeitos sociais organizam o ambiente onde vivem.

Sob esse viés, o objetivo deste artigo é apresentar uma descrição linguística e uma categorização das mudanças toponímicas municipais registradas na atual Macrotoponímia Municipal de Alagoas, buscando identificar, no léxico, possíveis intersecções culturais (de hábitos, de valores sócio-histórico-culturais e políticos que fazem parte da memória coletiva do lugar e dos povos que o habitam) constituídas ao longo do tempo.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfico e documental de abordagem quali-quantitativa, filiada, em linhas gerais, ao campo da Onomástica, em especial, ao modelo taxionômico toponomástico de Dick (1990) e, no campo dos estudos das mudanças toponímicas, adota o modelo classificatório proposto por Melo (2018).

Os nomes atuais e oficiais dos municípios alagoanos foram levantados a partir das cartas geográficas do acervo de mapas do estado de Alagoas, elaboradas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico no ano de 2017. Também, utilizamos para o estudo das motivações e dos fatores de mudanças toponímicas municipais, no âmbito virtual, o *site Cidades-IBGE*<sup>4</sup>, que consta a nomenclatura atual e oficial dos municípios de Alagoas e outras informações complementares; o *site Alagoas em Dados e Informações*<sup>5</sup>, que é um portal interativo de referência sobre o estado de Alagoas, desenvolvido pela Secretaria do Planejamento e Gestão e Patrimônio (SEPLAGP); e a *Enciclopédia Municípios de Alagoas*<sup>6</sup>, que reúne informações sobre a história, a cultura, a geografia e a economia dos 102 municípios alagoanos, lançada pelo Instituto Arnon de Mello (IAM).

Além desses, para a pesquisa documental e bibliográfica, foram consultados trabalhos historiográficos acerca de Alagoas, de cidades e/ou municípios alagoanos, como

---

4 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/?lang=&coduf=27&search=alagoas>. Acesso em: 30 ago. 2021.

5 Disponível em: <https://dados.al.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

6 Disponível em: <https://www.doccity.com/pt/enciclopedia-dos-municipios-alagoanos-parte/4846017/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

também registros escritos, quais sejam: dicionários especializados, livros, periódicos, Decretos e Leis sobre as emancipações dos municípios analisados.

### **A teoria toponomástica: da onomástica à toponímia**

A Onomástica se integra às investigações linguísticas, sobretudo às Ciências do Léxico, ocupando-se em estudar os nomes próprios e os sistemas de nomeação, por exemplo, nomes de marcas, de estabelecimentos comerciais, de pessoas, de lugares etc. Ela apresenta duas áreas correlatas: a Toponímia que estuda os nomes próprios de lugares e a Antroponímia que se ocupa dos estudos do nome próprio individual de pessoa.

Segundo Dick (2007, p. 144), o estudo onomástico:

[...] É muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.

Como dito, tal estudo está incorporado à Linguística, em particular à Onomástica, preocupando-se com as investigações sobre os nomes próprios de pessoas, sejam prenomes ou apelidos de família (antropônimos); como também pelos nomes próprios de lugares (topônimos), tendo grande relevância para a história sociocultural das civilizações.

O sistema onomástico compreende as realizações virtuais do sistema lexical, disponíveis para o desempenho denominativo dos falantes e é por meio dessas escolhas lexicais, no sistema onomástico, que as causas denominativas do sujeito-nomeador se manifestam, mediando a relação do lugar referencial com sua representação linguística.

Logo, os nomes de municípios se incluem em dois blocos: no léxico geral, como signos linguísticos que se modificam como os demais vocábulos, podendo sofrer todas as influências, as mudanças e as transformações ocorridas na língua e no léxico específico da ciência onomástica. Porém, “o ato intelectual de nomear, onomasticamente, é distinto da constituição/criação da palavra, enquanto elemento do léxico e integrante do enunciado de língua” (DICK, 1998, p. 101).

No âmbito da pesquisa toponímica, podemos dizer que ela consiste no “estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18), podendo ser desenvolvida em uma linha

documental e/ou de campo, seguindo o método onomasiológico, em que o dado selecionado é observado, registrado, classificado, analisado e interpretado de acordo com a identificação dos fatores determinantes à configuração do *corpus*.

De acordo com Silva e Siqueira (2016, p. 57),

[...] a nomeação de lugares carrega, em seu bojo, toda sorte de fatores que culminam na escolha de um dado nome para um dado lugar. Um topônimo é um nome, pertence ao léxico de uma língua, é linguagem. Dessa maneira, o estudo toponímico deve, *a priori*, buscar analisar os elementos linguísticos do nome para então interligá-los aos fatores extralinguísticos (culturais, sociais, históricos, ambientais).

Pelo exposto, inferimos que a ação de nomear localidades está associada a certas intencionalidades que se materializam, por fim, na escolha de determinados topônimos pelo sujeito-nomeador. Estes nomes adotados, por sua vez, são carregados de significados ora para a representação de traços naturais caracterizadores do espaço em que são inseridos (ambiente físico), ora na função de espelhos de acontecimentos político-históricos e culturais ocorridos em determinada época naquela região.

### **O modelo taxionômico toponomástico de Dick**

Esse modelo de classificação foi idealizado por Dick no início de 1980 (reformulado e publicado pela autora em 1990). Em caráter de contribuição, há algumas propostas de ampliação desse modelo de Dick, como: Isquerdo (1996), Lima (1998) e Faria (2018).

Para análise dos aspectos taxionômicos dos nomes dos municípios alagoanos, adotamos a taxionomia toponímica apresentada por Dick (1990 e seus desdobramentos). Tal modelo concentra os nomes de lugares – do ponto de vista do produto gerado como objeto de investigação – a partir de suas causas motivacionais, agrupando-os dentro dessas 29 categorias específicas, sendo 11 taxes referentes ao ambiente físico e 18 taxes referentes ao ambiente antropocultural.

Doravante, serão apresentadas, no Quadro 1, as 11 taxes de condutas motivadoras de ordem física do Modelo Taxionômico de Classificação Toponímica idealizado por Dick (1990) e exemplificadas, quando possível, com nomes de localidades alagoanas.

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

**Quadro 1.** Taxes de condutas motivadoras de ordem física

<b>Taxe</b>	<b>Definição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Astrotopônimo</b>	Relativo aos corpos celestes em geral.	Estrela de Alagoas/AL
<b>Cardinotopônimo</b>	Relativo às posições geográficas em geral.	Nortelândia/MT
<b>Cromotopônimo</b>	Relativo à escala cromática.	Amarelo/ES
<b>Dimensiotopônimo</b>	Relativo às características dimensionais dos acidentes geográficos.	Alto dos Coelhos/AL
<b>Fitotopônimo</b>	Relativo à flora em geral de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade ou em conjunto.	Cajueiro/AL
<b>Geomorfotopônimo</b>	Relativo às formas topográficas, elevações, depressões do terreno e as formas litorâneas.	Chã Preta/AL
<b>Hidrotopônimo</b>	Relativo ao elemento água e acidentes hidrográficos em geral.	Água Branca/AL
<b>Litotopônimo</b>	Relativo aos minerais e à constituição do solo.	Barro Vermelho/AL
<b>Meteorotopônimo</b>	Relativo a fenômenos atmosféricos.	Primavera/AL
<b>Morfotopônimo</b>	Relativo ao sentido das formas geométricas.	Volta Redonda/RJ
<b>Zootopônimo</b>	Relativo à fauna geral de índole animal, representado por indivíduos doméstico e não doméstico	Carneiros/AL

**Fonte:** Melo (2018) com base em Dick (1990).

Por outro lado, no grupo das 18 taxes de condutas motivadoras de ordem antropocultural, os topônimos fazem referências ao sujeito-nomeador e sua correlação com a multiculturalidade do lugar nomeado, sinalizando ideologias de poder, principalmente as de ordem social, religiosa e político-econômica.

Doravante, serão apresentadas, no Quadro 2, as 18 taxes de condutas motivadoras de ordem antropocultural e exemplificadas com nomes de localidades alagoanas.

**Quadro 2.** Taxes de condutas motivadoras de ordem antropocultural

<b>Taxe</b>	<b>Definição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Animotopônimo</b>	Relativo à vida psíquica, à cultura espiritual não física.	Maravilha/AL
<b>Antropotopônimo</b>	Relativo aos nomes próprios individuais, prenome, sobrenome.	Paulo Jacinto/AL
<b>Axiotopônimo</b>	Relativo aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais.	Senador Rui Palmeira/AL

<b>Corotopônimo</b>	Relativo a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Iraque/AL
<b>Cronotopônimo</b>	Relativo aos indicadores cronológicos representados pelo adjetivo novo(a).	Novo Lino/AL
<b>Dirrematotopônimo</b>	Constituído de frases ou enunciados linguísticos.	Valha-me-Deus/AL
<b>Ecotopônimo</b>	Relativo às habitações em geral.	Tapera/AL
<b>Ergotopônimo</b>	Relativo aos elementos da cultura material.	Canoa de Baixo/AL
<b>Etnotopônimo</b>	Relativo aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas).	Mineiro/AL
<b>Hagiotopônimo</b>	Nomes de santos ou santas do hagiológico católico apostólico romano.	São Miguel dos Campos/AL
<b>Hierotopônimo</b>	Relativo a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto.	Capela/AL
<b>Historiotopônimo</b>	Relativo aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas.	Batalha/AL
<b>Hodotopônimo</b>	Relativo às vias de comunicação urbana ou rural.	Pontes/AL
<b>Mitotopônimo</b>	Nomes relativos às entidades mitológicas, ou seja, representações linguísticas das atividades autológicas de qualquer credo ou religião.	Cruz das Almas/AL
<b>Numerotopônimo</b>	Relativo aos adjetivos numerais.	Dois Riachos/AL
<b>Poliotopônimo</b>	Relativo aos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.	Vila Aparecida/AL
<b>Sociotopônimo</b>	Relativo às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade.	Porto Real do Colégio/AL
<b>Somatotopônimo</b>	Relativo metaforicamente às partes do corpo humano ou animal.	Cabeça Dantas/AL

**Fonte:** Melo (2018) com base em Dick (1990).

É importante dizermos que esse modelo de categorização tem sido largamente adotado no Brasil. Nessa direção, levamos em consideração as seguintes contribuições de:

i. Isquerdo (1996), que, em sua tese de doutorado, propõe para a categoria dos animotopônimos uma subdivisão justificada pela presença de determinados traços nesses nomes que permitiriam um novo agrupamento. Assim, os topônimos que denotam “impressão agradável/otimista” foram classificados por essa pesquisadora como animotopônimos eufóricos e os que denotam “impressão desagradável/temeridade”, como animotopônimos disfóricos (ISQUERDO, 1996, p. 118);

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

ii. Nos casos de nomeação toponímica que homenagearam pessoas vivas, proibida por lei e camufladas por nome de santo, as contribuições de Lima (1998) para a subdivisão para as taxas dos hagiopotônimos municipais alagoanos em autênticos e aparentes, porém ampliamos o conceito de hagiopotônimos aparentes para contemplar nomes religiosos designativos de rios que cortam o estado; e, mais recentemente, as contribuições de:

iii. Faria (2018) para a classificação da taxa dos antropotônimos idealizada por Dick (1990), subclassificando-os em: antropotônimos, antrotopônimos e antropohistotônimos.

### Uma proposta tipológica para as mudanças toponímicas

O léxico toponímico traduz a ativa inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade. Nessa perspectiva, sua natureza e dinâmica de renovação “está condicionada a fatores externos e internos à língua. [...] uma língua está sempre recebendo força centrífuga e força centrípeta em sentidos opostos, não excludentes, mas complementares.” (MELO, 2010, p. 118).

Em linhas gerais, considerando as mudanças toponímicas, podemos agrupá-las em dois tipos gerais: as substituições e as transformações. As primeiras são subdivididas em: (i) substituição espontânea, ou seja, natural, resultado do uso popular; (ii) substituição sistemática, ou seja, ocorre a partir de escolhas sistemáticas aceitas ou impostas.

**Quadro 3.** Uma visão ampla para as mudanças toponímicas

Tipologias	Definição	Subtipologias	Exemplo
Substituições	Quando há a mudança de um nome de lugar por outro nome.	Substituição Espontânea	Garcia (?) > <i>Dois Riachos</i> (1960) <sup>7</sup>
		Substituição Sistemática	Canudos (1953) > <i>Belém</i> (1962)
Transformações	Quando ocorre uma alteração/modificação na composição no nome de lugar.		Coité (1954) > <i>Coité do Nóia</i> (1963)

**Fonte:** Elaboração própria.

<sup>7</sup> Em 1936, a localidade denominava-se Garcia, em virtude de um riacho do mesmo nome que passava por lá. O atual nome do município foi lhe dado por existirem dois pequenos córregos d'água no local, encontrados pelo morador pioneiro Miguel Vieira de Novaes. Tempos depois, o progresso do local culminou com a autonomia municipal, sendo a mudança toponímica oficializada e adquirida em 07 de junho de 1960, pela Lei n° 2.238 (CIDADES, IBGE, 2021).

É válido, ainda, ressaltarmos que podemos considerar o caráter sistemático da mudança de topônimos apenas quando houver dados históricos que comprovem que a intervenção do poder público ou que a imposição de personalidades locais foram fator condicionante à mudança toponímica.

No segundo grupo, as mudanças se caracterizam na língua por meio de alterações fonéticas e/ou mudanças gráficas, geralmente como resultados, por exemplo, da transição de topônimos de um idioma para outro, sobretudo de adaptações de nomes indígenas para a língua portuguesa.

Vale destacar, ainda, que o IBGE<sup>8</sup> numa perspectiva prescritiva, o órgão oficial responsável pela coleta e pela sistematização de nomes geográficos no Brasil, quanto à **alteração de nomes e grafias municipais, apresenta as seguintes regras:** (i) somente o estado, através de lei estadual, pode alterar o nome de municípios; (ii) somente no caso de lei estadual delegando essa competência aos municípios, o IBGE aceita a legislação municipal para realizar a mudança de nome ou grafia.

E ainda, considerando a natureza diversificada de mudança toponímica nos nomes dos municípios alagoanos, utilizamos as contribuições de Melo (2018) que apresenta um modelo terminológico para estes macrotopônimos em sua tese de doutorado. Ao considerar a realidade toponímica de Alagoas e seu processo histórico de formação inicial, Melo (2018) categorizou as mudanças toponímicas, partindo da forma do topônimo primitivo (batismo do aglomerado humano) e a última mudança toponímica que resultou, oficialmente, no atual macrotopônimo municipal.

Para uma adaptação terminológica de mudanças toponímicas em Alagoas, essa proposta parte de outros estudos brasileiros que já trataram, noutros *corpora*, do mesmo fenômeno, em especial, a tese de Ramos (2008).

**Quadro 4.** Terminologia de mudanças toponímicas para a realidade da toponímia alagoana proposta por Melo (2018)

Tipologias/Subtipologias	Definição	Exemplo
<b>Mudança total</b>	Corresponde às mudanças por substituição/troca unívoca de um nome por outro.	Lagoa Funda > <i>Belo Monte</i>
<b>Mudança aparente</b>	Corresponde às adaptações na grafia do signo toponímico, nesses casos não há alteração semântica, apenas transformações histórico-ortográficas.	Flecheiras > <i>Flexeirás</i>

8 Disponível em: <https://bit.ly/3vrLib1>. Acesso em: 12 out. 2021.

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

<b>Mudança parcial</b>	<b>Transformação por aglutinação</b>	Corresponde à junção dos formantes do signo toponímico que resulta em perda linguística na formação do novo topônimo, porém não há alteração semântica.	Par-de-Conha > <i>Pariconha</i>
	<b>Transformação por acréscimo</b>	Corresponde às mudanças ocorridas no signo toponímico a partir da adição de elementos formativos que se ligam ao núcleo do topônimo anterior, nesses casos há alteração semântica.	Jacaré > <i>Jacaré dos Homens</i>
	<b>Transformação por subtração</b>	Corresponde às mudanças resultantes da supressão de elementos do signo toponímico anterior, nesses casos também há alteração semântica.	Jaramataia dos Barbosa > <i>Jaramataia</i>
	<b>Transformação por permuta</b>	Corresponde à troca de um ou mais elementos do signo toponímico anterior, nesses casos há substituição apenas em parte da estrutura do sintagma toponímico, ocasionando alteração semântica.	Palmeira do Arraial > <i>Palmeira dos Índios</i>

**Fonte:** Elaboração própria com base em Melo (2018).

Assim, a partir das tipologias descritas nas subseções acima e posterior revisão de estudos referentes para construção de nossa análise dos designativos toponímicos, classificamos, tabelamos e analisamos os dados dessa pesquisa na seção seguinte, tendo todo o referencial teórico, explanado até aqui, como suporte basilar no processo de manipulação técnico-científica do *corpus* desse trabalho.

### **A dinâmica de permanência e mudança no processo de nomeação dos municípios alagoanos**

O léxico onomástico-toponímico corresponde a um acervo lexical vivo e funcional que se atualiza continuamente no léxico, tornando-se passível de mudanças ao longo do tempo, considerando a dinâmica de mudança na macrotoponímia municipal alagoana. Após a análise dos dados que constituíram o *corpus* deste estudo, evidenciamos que 34 nomes, dos atuais e oficiais 102 nomes atribuídos a municipalidades alagoanas, não apresentaram mudanças, funcionando como macrotopônimos municipais na atual macrotoponímia estudada, quais sejam: (1) Arapiraca, (2) Barra de São Miguel,

(3) Branquinha, (4) Cacimbinhas, (5) Cajueiro, (6) Campestre, (7) Campo Grande, (8) Canapi, (9) Capela, (10) Chã Preta, (11) Coqueiro Seco, (12) Coruripe, (13) Feliz Deserto, (14) Inhapi, (15) Jacuípe, (16) Jequiá da Praia, (17) Jundiá, (18) Junqueiro, (19) Lagoa da Canoa, (20) Mar Vermelho, (21) Minador do Negrão, (22) Murici, (23) Novo Lino, (24) Olho d'Água das Flores, (25) Paripueira, (26) Piaçabuçu, (27) Pilar, (28) Porto Real do Colégio, (29) Quebrangulo, (30) Santana do Ipanema, (31) São Brás, (32) São José da Tapera, (33) São Luís do Quitunde e (34) Tanque d'Arca.

Esses macrotopônimos não foram afetados durante o processo de formação histórica da toponímia municipal de Alagoas, permanecendo inalterados em suas formas na sincronia atual, seguindo uma orientação conservadora que preserva aspectos de uma memória toponímica local. Ao se perpetuar no tempo, cristalizando-se, eles se tornam relatos de um povo, ainda que as características desses registros não correspondam mais à realidade vivenciada pela municipalidade atual.

É importante destacarmos que, em menor proporção, essa orientação conservadora também foi evidenciada por meio de atos de mudança, por exemplo, quando ocorreu a retomada de um topônimo existente numa sincronia passada. Nesse particular, conforme o *corpus* analisado, os municípios de Capela, Jacuípe, Pilar e Quebrangulo, durante todo o processo de seus surgimentos como lugarejos/povoados (início de povoamento local) até a conquista da emancipação político-administrativa, apresentaram mudanças entre nomes antigos e nomes novos. Porém, no ato da emancipação, recuperaram e conservaram, na sincronia atual, os seus topônimos primitivos.

É importante dizer que o IBGE mantém em seu banco de dados o nome do município, conforme estabelecido na legislação estadual ou municipal. Se não houve mudança com base nas regras estabelecida pelo Instituto Nacional, o macrotopônimo do município se encontra com nome e grafia idênticas à legislação estadual que deu origem ao município.

Quanto aos 68 municípios que apresentaram mudanças toponímicas, evidenciamos que em 45 ocorreram mudança total em sua nomenclatura, em 19 averiguamos casos de mudança parcial em seus atuais macrotopônimos e em 04 foram notadas ocorrências de mudança aparente.

Nas próximas subseções, o *corpus* foi estruturado em quadros da seguinte forma: (i) o nome destacado em *italico* corresponde ao atual e oficial macrotopônimo do município, após as mudanças toponímicas ocorridas durante todo o processo de sua emancipação político-administrativa; (ii) a data apresentada entre parênteses corresponde ao ano de registro da mudança administrativa que instituiu a mudança toponímica e, logo abaixo, inserimos as classificações de ordem motivadora semântico-taxonômica de

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

todos os topônimos vinculados a esses processos, sem exceção. As taxes foram dispostas em *itálico* e também entre parênteses, para melhor visualização, a fim de ressaltar sua importância para/nesse trabalho.

## Um olhar para as mudanças totais

Nesta subseção, realizamos a exploração da ocorrência dos processos de mudanças totais que se deram no complexo macrotoponímico municipal alagoano. Tais mudanças se deram pelo ato de troca ou substituição integral de um topônimo por outro.

O Quadro 5 mostra as incidências de mudanças toponímicas totais nos nomes dos municípios alagoanos e, quando possível, tomando o fator temporal, apresenta as datas históricas de efetivação das mudanças, como também expõe as classificações semântico-taxionômicas que contribuíram para as análises na esfera motivacional dessa pesquisa toponímica.

**Quadro 5.** Ocorrências de mudanças toponímicas totais nos nomes dos municípios alagoanos

Processos de mudanças
Vila São Jorge (?) > Feira Nova (?) > <i>Teotônio Vilela</i> (1986); ( <i>Poliotopônimo</i> ) > ( <i>Sociotopônimo</i> ) > ( <i>Antropotopônimo</i> )
Porto da Folha (1885) > <i>Traipu</i> (1892); ( <i>Sociotopônimo</i> ) > ( <i>Hidrotopônimo</i> )
> São João (?) > Missão Nova (?) > Piquete (1936) > Horizonte (1950) > <i>Ibateguara</i> (1957); ( <i>Hagiotopônimo</i> ) > ( <i>Cronotopônimo</i> ) > ( <i>Sociotopônimo</i> ) > ( <i>Animotopônimo Eufórico</i> ) > ( <i>Geomorfotopônimo</i> )
Cumbe (?) > Mata do Pau Grande (?) > Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu (1808) > Mata Grande (1837) > Paulo Afonso (1860) > Mata Grande (1902) > Paulo Afonso (1911) > <i>Mata Grande</i> (1929); (?) > ( <i>fitotopônimo</i> ) > ( <i>Hagiotopônimo</i> ) > ( <i>Fitotopônimo</i> ) > ( <i>Antropotopônimo</i> ) > ( <i>Fitotopônimo</i> ) > ( <i>Antropotopônimo</i> ) > ( <i>Fitotopônimo</i> )
Arraial dos Palmares (1692) > Arraial de Nossa Senhora das Brotas (1701) > Vila de Atalaia (1764) > <i>Atalaia</i> (1891); ( <i>Poliotopônimo</i> ) > ( <i>Poliotopônimo</i> ) > ( <i>Poliotopônimo</i> ) > ( <i>Antropotopônimo</i> )
Belo Horizonte (1937) > Ponciano (1943) > <i>Girau do Ponciano</i> (1958); ( <i>Animotopônimo Eufórico</i> ) > ( <i>Antropotopônimo</i> ) > ( <i>Ergotopônimo</i> )
Cerca Real dos Macacos (?) > Macacos (?) > Santa Maria Madalena (?) > Vila Imperatriz (?) > Vila Nova da Imperatriz (?) > União (1890) > <i>União dos Palmares</i> (1944); ( <i>Ergotopônimo</i> ) > ( <i>Zootopônimo</i> ) > ( <i>Hagiotopônimo</i> ) > ( <i>Poliotopônimo</i> ) > ( <i>Poliotopônimo</i> ) > ( <i>Sociotopônimo</i> ) > ( <i>Sociotopônimo</i> )

Belo Monte (1886) > Vila de Batalha (1947) > *Batalha* (1952);  
*(Animotopônimo Eufórico)* > *(Poliotopônimo)* > *(Historiotopônimo)*

Mosquito (1908) > Campo Alegre do Mosquito (1911) > Campo Alegre (1936) > Mosquito (1943) > *Campo Alegre* (1960);  
*(Zootopônimo)* > *(Fitotopônimo)* > *(Fitotopônimo)* > *(Zootopônimo)* > *(Fitotopônimo)*

Olho d'Água (1920) > Olho d'Água dos Acioli (1937) > *Igaci* (1957);  
*(Hidrotopônimo)* > *(Hidrotopônimo)* > *(Hidrotopônimo)*

Campo dos Arrozaís dos Inhaúns (?) > Vila Nova de São João de Anadia (1799) > Vila Nova de Anadia (1801) > *Anadia* (1895);  
*(Fitotopônimo)* > *(Poliotopônimo)* > *(Poliotopônimo)* > *(Antropotopônimo)*

Vila de São Francisco (1636) > Penedo do Rio São Francisco (?) > Maurícia (?) > *Penedo* (1842);  
*(Poliotopônimo)* > *(Litotopônimo)* > *(Antropotopônimo)* > *(Litotopônimo)*

Poço da Caatinga (?) > Poço da Casa de Maribondos (?) > *Maribondo* (1962);  
*(Hidrotopônimo)* > *(Hidrotopônimo)* > *(Zootopônimo)*

Cana Brava (1937) > Taquarana (1943) > Cana Brava dos Paes (1954) > *Taquarana* (1962);  
*(Fitotopônimo)* > *(Fitotopônimo)* > *(Fitotopônimo)* > *(Fitotopônimo)*

Outeiro de São Bento (séc. XVII) > Santa Luzia de Siracusa (?) > *Santa Luzia do Norte* (1962).  
*(Sociotopônimo)* > *(Hagiotopônimo)* > *(Hagiotopônimo)*

**Fonte:** Elaboração própria.

Após a análise do *corpus* constituído e das pesquisas bibliográfica e documental, não identificamos nenhum registro e nem indício de consulta à população para as mudanças totais, apenas a data de mudança toponímica no ato de emancipação político-administrativa da localidade. Sendo assim, a partir do Quadro 5, inferimos que essas mudanças totais se configuram como escolhas sistemáticas e que, muitas vezes, não apresentam uma ligação real ou simbólica com o lugar e com seus habitantes.

Observamos que, geralmente, são nomes impostos à comunidade por conveniência do sujeito-nomeador ou por conveniência de determinados grupos sociais a ele vinculados. Como exemplo dessas escolhas sistemáticas, podemos citar o caso do município de Belém (motivação religiosa), que se chamava Canudos (topônimo primitivo referência a um hábito indígena), fitotopônimo em virtude de seus moradores usarem um vegetal de mesmo nome para confeccionar seus cachimbos. Em 24 de agosto de 1962, por força da Lei nº 1.712, a Vila de Canudos conquistou sua autonomia político-administrativa e teve seu nome modificado para o Corotopônimo *Belém*. Essa mudança toponímica total se deu por influência de religiosos que realizavam ali as Santas Missões (CIDADES-IBGE, 2021).

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

Com efeito, podemos perceber ainda que essas permutas toponímicas apresentaram como centro de força o poder político-econômico, revelando ideologias de determinados grupos sociais superpostas às outras de grupos subjugados. Podendo ser um indicativo de uma tentativa de apagamento de uma memória social e histórica local. Temos como exemplo dessa concepção de mudança o processo de nomeação do município de Monteirópolis, que era conhecido pelo zootopônimo Guaribas. No entanto, a Lei nº 2.250, de 15 de junho de 1960 concedeu autonomia administrativa a Guaribas, mudando-lhe o nome para antropotopônimo *Monteirópolis*. Esse nome foi escolhido para homenagear um dos seus grandes benfeitores e fundador José Domingos Monteiro (CIDADES-IBGE, 2021).

Ao observarmos a classificação semântica toponímica, notamos que, na maioria dos processos, o topônimo primitivo marca a representatividade natural do local, aspectos referentes à vegetação, ao relevo, à hidrografia e à fauna foram evidenciados nesses topônimos, já que as taxes de natureza física, como os fitotopônimos, os hidrotopônimos, os zootopônimos, averiguados no primeiro denominador, se fizeram mais recorrentes.

Todavia, ao analisarmos a macrotopônima municipal atual de Alagoas quanto à sua classificação toponímica, constatamos que ela demonstra uma relevante simbolização dos fatores antropoculturais. Assim, questões voltadas ao homem inserido na sociedade estão refletidas nos macrotopônimos atuais.

Nessa direção, as taxes que nos revelaram essa visão foram: os antropotônimos, os sociotopônimos, os poliotopônimos e os hagiotopônimos. Dessa forma, inferimos que o princípio temporal e os elementos de constituição cultural e social condicionaram tais mudanças, no que compreende o eixo motivador da escolha toponímica.

Esses padrões verificados nos dados expostos - cujo primeiro nome exprime princípios de formação do solo local, já o último, como verificamos, representa a força das homenagens para com autoridades locais - pode ser exemplificado pelo processo toponímico de mudança obtido como *corpus* dessa pesquisa referente ao município de Delmiro Gouveia: Pedra (1938) > Delmiro (1943) > *Delmiro Gouveia* (1952). A saber, o topônimo primitivo, o litotopônimo, Pedra, foi dado ao local por causa das grandes rochas existentes no lugar, já que se fazia abundante entre as características naturais do lugar. Por sua vez, o topônimo atual, o Antropotopônimo, *Delmiro Gouveia*, foi escolhido a fim de homenagear a figura do empreendedor local, Delmiro Gouveia (CIDADES-IBGE, 2021).

## Um olhar para as mudanças parciais

Nesta subseção, realizamos a exploração da ocorrência dos processos de mudanças parciais que ocorreram no complexo macrotoponímico municipal alagoano. Tais mudanças se deram pelas transformações da estrutura formal do sintagma toponímico, ao longo do tempo, que resultam em alteração de forma e/ou conteúdo do nome do município.

A seguir, apresentamos o Quadro 6 que mostra as ocorrências de mudanças toponímicas, no que se refere à categorização no eixo das mudanças parciais nos nomes dos municípios alagoanos. Em sequência, no mesmo quadro, também expusemos a classificação semântico-taxionômica que resultaram dos fatores motivacionais, em âmbito físico e antropocultural.

**Quadro 6.** Ocorrências de mudanças toponímicas parciais nos nomes dos municípios alagoanos

Tipologia de mudança	Subtipologia de mudança	Processos de mudanças
Mudança parcial	Transformação por aglutinação	Par-de-Conha <sup>9</sup> (?) > <i>Pariconha</i> (1989). ( <i>Numerotopônimo</i> ) > ( <i>Fitotopônimo</i> )
	Transformação por acréscimo	Coité (1954) > <i>Coité do Nóia</i> (1963); ( <i>Fitotopônimo</i> ) > ( <i>Fitotopônimo</i> )  Jacaré (?) > <i>Jacaré dos Homens</i> (1957); ( <i>Zootopônimo</i> ) > ( <i>Zootopônimo</i> )  Leopoldina (1889) > <i>Colônia Leopoldina</i> (1943); ( <i>Antropotopônimo</i> ) > ( <i>Sociotopônimo</i> )  Limoeiro (1865) > <i>Limoeiro de Anadia</i> (1943); ( <i>Fitotopônimo</i> ) > ( <i>Fitotopônimo</i> )  Mundaú-Meirim (1911) > Mundaú-Mirim (1938) > <i>Santana do Mundaú</i> (1960); ( <i>Hidrotopônimo</i> ) > ( <i>Hidrotopônimo</i> ) > ( <i>Hagiotopônimo autêntico</i> )  São Miguel (?) > <i>São Miguel dos Campos</i> (1864) ( <i>Hagiotopônimo</i> ) > ( <i>Hagiotopônimo autêntico</i> )

9 Refere-se aos frutos que continham duas conchas como eram chamadas as polpas desses frutos – motivando a origem do nome do lugar, que era conhecido, inicialmente como **Par-de-Conha** e, depois, simplificado para **Pariconha**.

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

<b>Mudança parcial</b>	<b>Transformação por subtração</b>	<p>Barra de Santo Antônio Grande (1937) &gt; <i>Barra de Santo Antônio</i> (1960); (<i>Geomorfotopônimo</i>) &gt; (<i>Geomorfotopônimo</i>)</p> <p>Cacimba do Carneiro (?) &gt; Carneiro (?) &gt; <i>Carneiros</i> (1960); (<i>Hidrotopônimo</i>) &gt; (<i>Zootopônimo</i>) &gt; (<i>Zootopônimo</i>)</p> <p>Craíba dos Nunes (?) &gt; Caraíba (1938) &gt; Craíba (1943) &gt; <i>Craíbas</i> (1982); (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Fitotopônimo</i>)</p> <p>Jaramataia dos Barbosa (?) &gt; <i>Jaramataia</i> (1962); (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Fitotopônimo</i>)</p> <p>Matinha de Água Branca (?) &gt; Água Branca (1919); (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Hidrotopônimo</i>)</p> <p>Pindoba Grande (?) &gt; Vila Pindoba Grande (?) &gt; Pindoba (1911) &gt; Pindoba Grande (1938) &gt; <i>Pindoba</i> (1957). (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Poliotopônimo</i>) &gt; (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Fitotopônimo</i>)</p>
	<b>Transformação por permuta</b>	<p>Laje do Canhoto (1876) &gt; <i>São José da Laje</i> (1920); (<i>Litotopônimo</i>) &gt; (<i>Hagiotopônimo autêntico</i>)</p> <p>Matriz de Camaragibe (?) &gt; Passo de Camaragibe (1864) &gt; Passo (1880) &gt; Passo de Camaragibe (1911) &gt; Camaragibe (1912) &gt; <i>Passo de Camaragibe</i> (1938); (<i>Hierotopônimo</i>) &gt; (<i>Sociotopônimo</i>) &gt; (<i>Sociotopônimo</i>) &gt; (<i>Sociotopônimo</i>) &gt; (<i>Hidrotopônimo</i>) &gt; (<i>Sociotopônimo</i>)</p> <p>Olho d'Água da Abóbora (?) &gt; <i>Olho d'Água Grande</i> (1962); (<i>Hidrotopônimo</i>) &gt; (<i>Hidrotopônimo</i>)</p> <p>Palmeira do Arraial (?) &gt; <i>Palmeira dos Índios</i> (1889); (<i>Fitotopônimo</i>) &gt; (<i>Fitotopônimo</i>)</p> <p>Passo de Camaragibe (?) &gt; <i>Matriz Camaragibe</i> (1958); (<i>Sociotopônimo</i>) &gt; (<i>Hierotopônimo</i>)</p> <p>Porto Real (?) &gt; Águas Belas (?) &gt; <i>Porto de Pedras</i> (1868). (<i>Sociotopônimo</i>) &gt; (<i>Hidrotopônimo</i>) &gt; (<i>Sociotopônimo</i>)</p>

**Fonte:** Elaboração própria.

Ao observarmos os dados mostrados no Quadro 6, percebemos que esses padrões de mudança se configuram como uma tentativa de supressão sócio-histórica e cultural dos espaços habitados. Eles desconfiguram, mesmo em partes, os topônimos que, anteriormente, foram dados popularmente a esses locais por representarem traços identitários com relação à vegetação, à fauna, à constituição do solo e à hidrografia que ali se faziam presentes no topônimo primitivo.

A partir da inserção de constituintes na estrutura formal desses topônimos, detectamos homenagens às figuras importantes, como fundadores e/ou os primeiros proprietários de terras, autoridades políticas e figuras religiosas de grande devoção local. Temos como exemplo dessa constatação no *corpus* dessa pesquisa o processo de mudança toponímica do município de Coité do Nóia: Coité (1954) > *Coité do Nóia* (1963), que anteriormente tinha sua denominação ligada apenas às características naturais de vegetação da localidade e, posteriormente, adotou, por motivos de homenagem a família pioneira do lugar, o seu topônimo atual (CIDADES-IBGE, 2021).

Outro exemplo, dessa vez referente às homenagens às figuras religiosas, é o processo de constituição toponímica dos municípios de: Santana do Mundaú, a saber: Mundaú-Mirim (1911) > Mundaú-Mirim (1938) > *Santana do Mundaú* (1960); e o de São José da Laje, a saber: Laje do Canhoto (1876) > *São José da Laje* (1920). Ambos os exemplos tiveram seus nomes parcialmente alterados para dar lugar à representação de santidades. Essa conjuntura demonstra, e comprova, portanto, a forte influência religiosa naquela época, principalmente no que condiz à igreja católica (CIDADES-IBGE, 2021).

Afirmamos, portanto, que geralmente os topônimos primitivos são resultados das escolhas espontâneas, já os macrotopônimos atuais, produtos de escolha sistemática, posto que, de acordo com o cálculo percentual obtido, 79% destas opções denominativas na sincronia (atual), se efetivaram durante o século XX com a elevação político-administrativa desses locais à categoria de município, são eles: *Água Branca* (1919), *Barra de Santo Antônio* (1960), *Carneiros* (1960), *Coité do Nóia* (1963), *Colônia Leopoldina* (1943), *Craibas* (1982), *Jacaré dos Homens* (1957), *Jaramataia* (1962), *Limoeiro de Anadia* (1943), *Matriz de Camaragibe* (1958), *Olho d'Água Grande* (1962), *Passo de Camaragibe* (1938), *Pindoba* (1952), *Santana do Mundaú* (1960) e *São José da Laje* (1920).

Apesar dessa prática toponímica de suprimir os designativos frutos da escolha espontânea dos primeiros habitantes com o passar do tempo, ainda assim podemos evidenciar a força identitária da história social dessas localidades em seus ciclos de formação e até a sua autonomia, haja vista que parte dos processos de mudanças toponímicas, ao serem classificados pela ordem motivacional, se mantiveram semântica-taxionomicamente, apesar das transformações parciais ocorridas (ou impostas). Exemplificando o que foi mencionado acima, temos esse fato comprovado na formação toponímica dos municípios de Capela, Jacuípe, Pilar e Quebrangulo que, como dissemos anteriormente, recuperaram, na sincronia atual, os seus topônimos primitivos.

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

## Um olhar para as mudanças aparentes

Como já explicamos, as mudanças aparentes, de acordo com Melo (2018), retratam as adequações gráficas que o signo toponímico sofre ao longo dos tempos. Assim, nesta subseção, investigamos as ocorrências de mudanças toponímicas aparentes nos nomes dos municípios alagoanos.

De forma análoga à seção anterior, a seguir, apresentamos o Quadro 7 que mostra as ocorrências de mudanças toponímicas no que se refere às mudanças toponímicas aparentes no complexo macrotoponímico municipal alagoano.

**Quadro 7.** Ocorrências de mudanças toponímicas aparentes nos nomes dos municípios alagoanos

Processos de mudanças
Flecheiras (?) > <i>Flexeiras</i> (1960); ( <i>Fitotopônimo</i> ) > ( <i>Fitotopônimo</i> )
Maçayó (?) > <i>Maceió</i> (1839); ( <i>Litotopônimo</i> ) > ( <i>Litotopônimo</i> )
Olhos d'Água do Casado (1962) > <i>Olho D'Água do Casado</i> (1962); ( <i>Hidrotopônimo</i> ) > ( <i>Hidrotopônimo</i> )
Poço Trincheira (1936) > <i>Poço das Trincheiras</i> (1937). ( <i>Hidrotopônimo</i> ) > ( <i>Hidrotopônimo</i> )

**Fonte:** Elaboração própria.

Podemos observar que essas mudanças categorizadas como aparentes apresentaram pouca produtividade na dinâmica de mudança da macrotoponímia municipal alagoana. Nesses quatro casos de mudanças aparentes, notamos que os ajustes realizados nas formas constituintes dos topônimos foram mínimos, tanto em nível (orto)gráfico, quanto em nível fonético/fonológico. Logo, sem alteração semântica.

Nesse particular, evidenciamos que o condicionante para essas mudanças foram as escolhas sistemáticas impostas pela elevação de autonomia político-administrativa dessas localidades<sup>10</sup>. Ou seja, com a elevação à condição de distrito, no caso de *Maceió*, por meio da resolução régia obtida em 09 de junho de 1819; à condição de município, nos casos de *Olho d'Água do Casado*, alcançada pela Lei nº 2.459 de 22 de agosto de 1962, e *Poço das Trincheiras*, elevado à categoria de sede municipal pela Lei nº 2.100 em 15 de fevereiro de 1958 (CIDADES-IBGE, 2021).

<sup>10</sup> Com exceção do município de *Flexeiras*, já que, de acordo com as fontes históricas consultadas, não se sabe, ao certo, as razões que justificassem a mudança na grafia desse macrotopônimo (CIDADES-IBGE, 2021).

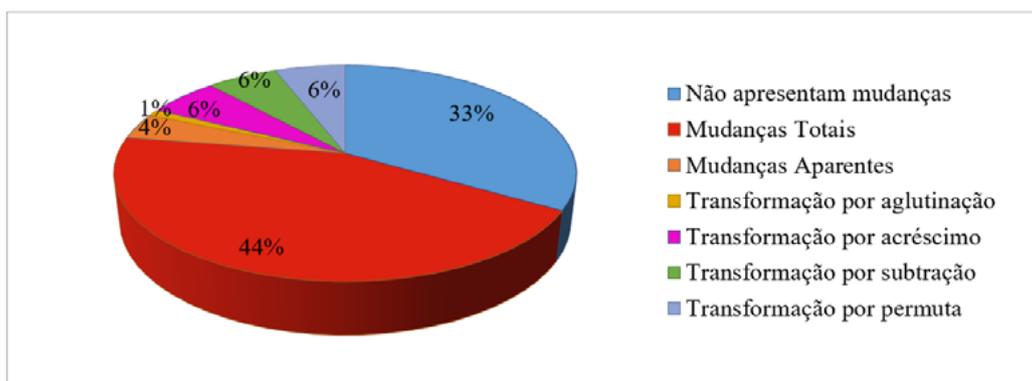
Quanto às taxionomias toponímicas, constatamos que, nos casos de mudanças aparentes analisadas, durante o processo de adaptação morfológica e gráfica das formas toponímicas apresentadas no Quadro 6, as taxes primitivas, todas de ordem motivadora de natureza física, se mantiveram inalteradas, reafirmando o valor semântico de suas escolhas.

### Um tratamento quantitativo para os dados analisados

A seguir, apresentamos uma análise quantitativa dos dados que constituíram o *corpus* deste estudo. Os dados tabulados e comparados nos Quadros 5, 6 e 7 mostram a dinâmica da mudança que permeia o léxico toponímico dos 102 macrotopônimos atribuídos aos municípios alagoanos.

Em concordância, o Gráfico 1 põe em evidência o resultado geral das mudanças toponímicas, de acordo com a divisão em categorias realizadas.

**Gráfico 1.** Resultado percentual das mudanças toponímicas



**Fonte:** Elaboração própria.

O Gráfico 1 revela o percentual da dinâmica das mudanças toponímicas averiguadas de acordo com a proposta de Melo (2018), quais sejam: a incidência de 44% de mudanças totais, o somativo de 19% em mudanças parciais e 4% de mudanças aparentes registradas. Eles desvelaram, a nosso ver, que tais resultantes do processo de nomeação, permanência e mudança dos nomes dos municípios de Alagoas puderam instalar novas formas de dizeres e implicam uma avaliação do ponto de vista sócio-político, sendo sempre marcadas de relações desiguais de poder dentro da sociedade alagoana em fator temporal.

No que tange aos municípios que apresentaram uma dinâmica de mudança toponímica, podemos dizer que há uma tendência inovadora de troca e/ou alteração do nome primitivo, ao longo do tempo, até a oficialização dos nomes das municipalidades alagoanas na sincronia atual.

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

Ainda, quanto ao caráter sistemático ou espontâneo dessa dinâmica de mudanças, observando o primeiro topônimo adotado e o respectivo atual topônimo na Macrotoponímia Municipal Alagoana, podemos dizer que, enquanto fator de escolha do sujeito-nomeador para a troca do primeiro nome por outro, obtivemos o percentual de 68% de mudanças toponímicas sistemáticas e 32% de mudanças toponímicas espontâneas.

A partir dos dados analisados quali-quantitativamente, evidenciamos que a dinâmica das mudanças toponímicas, na macrotoponímia municipal de Alagoas, se mostrou efetiva desde o período de povoamento (aglomerados humanos iniciais) até a conquista de sua emancipação político-administrativa (municípios atuais), marcadas por uma toponímia múltipla, resultante da simultaneidade desses tipos de mudanças.

Ainda foi possível observar que as questões regionais, de natureza geoespacial, cultural e social, foram condicionadores para a produção das mudanças toponímicas. Com efeito, essas mudanças imbricam traços e peculiaridades das mesorregiões e microrregiões alagoanas.

No que diz respeito aos fatores externos (extralinguísticos), as narrativas e as evoluções sócio-econômico-culturais foram percebidas como um dos elementos extralinguísticos mais atuantes nesse processo de dinamização lexical, ou seja, no processo de nomeação municipal de Alagoas, os elementos que contribuíram com as mudanças dos designativos atribuídos aos municípios foram as escolhas motivadas por contextos da valoração à história local e, até mesmo, das homenagens realizadas. É o caso do dinamismo referente à nomeação de União dos Palmares: Cerca Real dos Macacos (?) > Macacos (?) > Santa Maria Madalena (?) > Vila Imperatriz (?) > Vila Nova da Imperatriz (?) > União (1890) > *União dos Palmares* (1944). A saber, quando passou à cidade, em 1889, começou a se chamar União em virtude de servir de ponto de ligação entre Alagoas e Pernambuco no ramal da via férrea. Em 1944, porém, adotou o atual nome de União dos Palmares em homenagem ao famoso Quilombo dos Palmares que abrigou em suas terras (CIDADES-IBGE, 2021).

Já em relação aos fatores internos (intralinguísticos), parecem-nos que os mecanismos composicionais proporcionam ao usuário da língua diversas possibilidades nas combinações para formação do signo toponímico, correlacionando às estruturas que conectam os processos composicionais aos aspectos sociais valorativos definidores da identidade subjetiva do sujeito-nomeador. Assim, foi possível observar diversas modificações feitas durante a formação dos municípios de Alagoas com as adequações, substituições e transformações ocorridas nos designativos ao longo do tempo.

## Considerações finais

A macrotoponímia municipal alagoana se revelou de caráter inovador, ou seja, passível às mudanças, às alterações e às transformações de seus macrotopônimos no cenário linguístico-histórico ao longo dos anos, comprovando a plurissignificação do nome de município dentro da atividade toponomástica.

No que diz respeito à contribuição deste estudo, destacamos seu caráter original dentro do campo das pesquisas toponímicas brasileiras. Nessa direção, os aspectos das mudanças municipais aqui apresentados se desvelaram como um fenômeno dinâmico e social, materializando fatores linguísticos e extralinguísticos relevantes do estado de Alagoas, quais sejam: traços identitários, singularidades geográficas, culturais e históricas, narrativas políticas e de constituição formativa do território alagoano.

Por fim, ressaltamos que esta investigação sobre a toponímia alagoana, dentro do quadro da atual pesquisa toponímica nacional, tem importância indiscutível. Pois, apresenta uma temática significativa por avivar um tema pouco estudado em Alagoas e por aplicar o modelo taxionômico de Dick (1990) em um *corpus* autêntico, assim fornecendo, enquanto reflexão científica, possíveis desdobramentos para a especialidade em questão ou as áreas correlatas de estudo da linguagem.

## Referências

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**, v. 1, 3, n. 5, p. 141-155, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965/0>. Acesso em: 18 set. 2021.

DICK, M. V. de P. do A. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica et Lingvistica**, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, v. 7, n. 1, p. 97-122, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/16907>. Acesso em 18 set. 2021.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1990.

FARIA, G. da C. dos S. Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1151-1174, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12998>. Acesso em: 18 set. 2021.

- | Olhando o passado para conhecer o presente da Macrotoponímia Municipal de Alagoas

ISQUERDO, A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1996.

LIMA, I. A. de. A motivação religiosa dos topônimos paranaenses. **Anais do Gel XXVII**, 1998.

MELO, P. A. G. de. **Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos**. 2018. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

MELO, P. A. G. de. A formação neológica em textos jornalísticos escritos em língua portuguesa contemporânea no estado de Alagoas na última década do século XX. **Littera online**, Maranhão: UFMA, n. 2, v. 1, p. 101-122, 2010. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/301>. Acesso em: 18 set. 2021.

RAMOS, R. T. **Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças**. 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SALAZAR-QUIJADA, A. **La toponímia em Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SILVA, C. C. da; SIQUEIRA, K. M. de F. Os estudos toponímicos: considerações acerca da relação língua, cultura e identidade. **Multi-Science Journal**. v. 1, n. 4, p. 57-61, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifgoiano.edu.br/index.php/multiscience/article/view/189/107>. Acesso em: 02 set. 2021.

---

COMO CITAR ESTE ARTIGO: MELO, Pedro Antonio Gomes de; LIMA, Karollyny de Araújo. Olhando o passado para conhecer o presente da macrotoponímia municipal de Alagoas. **Revista do GEL**, v. 19, n. 1, p. 165-186, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 18/10/2021 | Aceito em: 27/12/2021.

---